



PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ESTUDO NO CASO DE UMA UNIVERSIDADE EM SANTA CATARINA-UNIARP

Luiz Salgado Klaes¹
l.klaes@ufsc.br

Juciele Marta Baldissarelli²
Juciele Marta Baldissarelli@hotmail.com

Adelcio Machado dos Santos³
adelciomachado@gmail.com

Levi Hülse⁴
levi@uniarp.edu.br

RESUMO

Esse estudo propõe uma reflexão sobre a atuação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador em Santa Catarina, por intermédio de políticas educacionais com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da sociedade que está inserida. Inicialmente averigua a educação com base em seu contexto histórico geral, para que se possa observar a simultaneidade entre as suas crises e as do sistema social. A educação constitui o fenômeno pelo qual um indivíduo ou grupos de indivíduos obtêm conhecimentos, oferecendo aos cidadãos meios que permitam estimular as transformações materiais e espirituais exigidas pelo dinamismo da sociedade. No Brasil, as políticas educacionais e as reformas promovidas ao longo do desenvolvimento das diretrizes educacionais, sempre foram influenciadas pelos interesses elitistas. Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, em que foram utilizados aporte de artigos científicos, documentos relacionados ao tema, sendo também um estudo de caso.

¹ Economista (UFSC – 1969). Administrador de Empresas (UFSC – 1971). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2004). Professor do Curso de Economia e Relações Internacionais (UFSC). Brasil. E-mail: l.klaes@ufsc.br.

² Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Docente nos cursos de jornalismo, farmácia, administração e sistemas de informação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: jucielemarta_baldissarelli@hotmail.com.

³ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e do Programa Profissional em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: adelciomachado@gmail.com.

⁴ Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI - SC, na área de concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito. Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Graduado Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2010), e graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2006). Advogado com a OAB/SC 31.986. Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. O autor agradece ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da UNIARP pelo apoio financeiro. E-mail: levi@uniarp.edu.br.

Palavras-chave: política; educação; história; sociedade; UNIARP.

**EDUCATIONAL PRACTICES IN BRAZIL: STUDY IN THE CASE OF A
UNIVERSITY IN SANTA CATARINA-UNIARP**

ABSTRACT

This study was an investigation of a university of the University of Vale do Rio do Peixe (UNIARP), municipality of Santa Catarina, through educational policies with the objective of assisting in the development of the society that is inserted. Initially, he examines education based on its historical context, so that it can observe a simultaneity between its crises and the social system. Literature is the type of individual or groups of knowledge that obtain knowledge, while the means of communication can be improved as the material and spiritual transformations required by the dynamism of society. In Brazil, as educational policies and as reforms promoted throughout the teaching of educational guidelines, have always been influenced by elitist interests. This is a qualitative, bibliographic and documentary study, in which they were forced by the title of scientific articles, documents related to the theme, being also a case study.

Key-words: policy; education; history; society; UNIARP.

1. INTRODUÇÃO

A educação constitui o fenômeno pelo qual um indivíduo ou grupos de indivíduos obtêm conhecimentos, sejam eles científicos, artísticos, técnicos ou especializados, na busca do desenvolvimento de sua capacidade ou de suas aptidões.

O escopo fundamental da educação é oferecer ao homem instrumentos culturais que permitam estimular as transformações materiais e espirituais exigidas pelo dinamismo da sociedade. A educação majora o domínio do homem sobre a natureza, ademais de procurar adequá-lo aos objetivos de progresso e equilíbrio social da comunidade a que pertence.

A história compreende a interpretação de todo o conjunto da ação transformadora do homem no tempo. Uma vez que o homem se insere no tempo, tem-se que o presente humano não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro, assegura Aranha (1996).

É por intermédio da compreensão do passado que se pode dar sentido ao presente, compreendo a influência de determinadas ideologias no processo educacional e projetando o futuro. Para Bloch (2001) o homem reconstrói a história com base no seu presente, pois é a partir de um fato novo, do surgimento de uma nova problemática que se busca uma resposta na reinterpretação da experiência transata.

Destarte, a história resulta da necessidade que o homem possui de reconstituir o passado, relatando, analisando e interpretando os acontecimentos a partir da reorganização de suas causas em uma ordem cronológica e por meio da seleção daqueles considerados relevantes em uma determinada problemática.

Todavia, Aranha (1996) sustenta que essa disponibilidade de análise não é idêntica ao longo do tempo, variando também conforme a cultura. A história como teoria e elaboração intelectual, deve ser compreendida com base na análise das condições com as quais os homens se relacionam para produzir a existência, isto é, a divisão social do trabalho. Assim, é no embate das forças contraditórias que se expressam nas ações dos homens de interesses divergentes que a história se faz.

No que concerne à História da Educação, pode-se afirmar que tudo o que foi assinalado até aqui acerca da história geral se aplica também na história da educação, visto que o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente parte da história geral.

Neste sentido, Luzuriaga (1985) escreve que a história da educação é parte da história da cultura, tal como está, por sua vez, é parte da história geral. Por educação, o autor entende a influência intencional e sistemática sobre o ser juvenil, como propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. Mas significa também a ação genérica, ampla, de uma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva. A educação é assim, parte integrante, substancial, da vida do homem e da sociedade.

Por outro lado, propugna Luzuriaga (1985), a educação é componente tão fundamental da cultura quanto à ciência, a arte ou a literatura. Sem a educação não seria possível aquisição e transmissão da cultura, sendo que esta constitui também uma das funções essenciais da educação.

No entanto, a educação, posto que se em constitua elemento essencial e permanente da vida individual e social, não se realizou sempre da mesma forma, mas ao contrário, varia conforme as necessidades e aspirações de cada povo em sua época. Do mesmo modo, a sociedade a que a educação se refere não constitui fenômeno estático, definitivamente constituído, mas em contínuas transformações.

Devido a isto, a educação possui uma história, a saber, a história da mudança e do desenvolvimento que ela tem experimentado com o passar do tempo e a modificação da sociedade. Por outro lado, como assinala Luzuriaga (1985), a educação é parte da cultura, e esta também está condicionada historicamente, variando conforme as características dos povos e das épocas, a história da educação é, assim, parte da história da cultura e estuda suas relações com a ação educativa.

Destarte, é fundamental estudar a educação com base em seu contexto histórico geral, para que se possa observar a simultaneidade entre as suas crises e as do sistema social. Aranha (1996) destaca que esta regularidade não deve ser compreendida apenas como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos sociais, uma vez que as questões de educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. Sob esta perspectiva, a educação não é um fenômeno neutro, mas é diretamente influenciada pelos efeitos da ideologia, por estar, na realidade, envolvida na política.

Destarte, fica demonstrado como as organizações partilham o conhecimento, e como este é facilitado pela existência de instituições de ensino superior. Nesse contexto, a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), está colaborando com o desenvolvimento da sociedade há 47 anos, por intermédio da atuação dos professores e com a formação de acadêmicos. Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, em que foram utilizados aporte de artigos científicos, documentos relacionados ao tema, sendo também um estudo de caso.

2. AS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Na Grécia antiga, considerando a superioridade do estado, a educação pretendia aparelhar os adolescentes para o vínculo com a cidade-estado. Cada estado possuía seus aspectos e as estruturas educacionais necessitavam habituar-se a elas para organizar apropriadamente os jovens. Destarte que ocorrem às compreensões de Platão e de Aristóteles de um ensino constante, decretada em suas pequenas minúcias pelo poder estatal e obrigatória para todas as pessoas independentes. Platão, na República e nas Leis, apresenta a que extremidades podem atingir a educação quando exagera os aspectos essenciais da vida (SANTOS, 2012).

O cidadão-guarda do Estado ideal não tem direito à vida doméstica e a ligações com a família. Aristóteles não chega a esse exagero, mas considera a educação familiar prejudicial à criança. O sistema educacional que mais se relacionou com essa compreensão foi aplicado por Esparta, em que os adolescentes eram instruídos sob a administração direta do Estado, num tipo de alojamento militar: os homens viravam guerreiros e as mulheres instruíam-se para virarem mães de futuros guerreiros (SANTOS, 2012).

Em Atenas existiam três leis que determinavam a respeito da presença nos colégios dos filhos dos habitantes libertos, e as organizações de ensino eram regimentadas por legislação específica (SANTOS, 2012).

Os recursos da educação, mais em concordância aos costumes gregos, eram a música e a literatura para aprimorarem o espírito de fidelidade à pátria; e o exercício físico, para o aprimoramento do corpo. À medida que a cultura ateniense avançava, os estudos de natureza intelectual assumiam maior importância e a educação física entrava em decadência (SANTOS, 2012).

Essa tendência provocou críticas, segundo as quais os jovens efeminavam-se pelo excesso de conforto. Mas uma força desintegradora, a que inutilmente se opuseram

Platão e Aristóteles, já comprometera o sistema educacional: a retórica dos sofistas (SANTOS, 2012).

Na *polis* democrática, o orador naturalmente se tornava um assistencialista, pois a eloquência dava passagem à pretensão pessoal, e levava a juventude às escolas dos sofistas. As ligações cada vez mais estreitas entre os estados gregos uniam as ideias patrióticas e trouxeram uma compreensão mais global da educação. O procedimento concluiu-se com a perda da independência das cidades-estado, sob comando macedônico (SANTOS, 2012).

A universidade de Atenas foi a consequência de uma contração dos colégios filosóficos particulares com a instituição estatal para a educação dos jovens. Havia outras sedes de elevada cultura, principalmente em Alexandria, em que a relação da ideologia grega com as religiões e filosofias do Egito produziu as filosofias simbólicas que culminaram no neoplatonismo. Em Atenas, a educação modificou-se numa eloquência oca, até que a faculdade foi desligada por Justiniano no ano 529.

3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Antes de abordar a evolução histórica da educação no Brasil, deve-se apresentar o movimento intitulado Escola Nova, cuja origem é europeia, do final do século XIX, alcançando os países latino-americanos no final do século XIX, início do século XX, chegando ao Brasil na década de 20.

Na opinião de John Dewey⁵, principal artífice da escola pragmática, o sentido da vida é sua própria continuidade e essa continuidade só pode ser conseguida pela renovação constante. E considerando esta premissa, pode-se, no mais vasto sentido, afirmar que educação é o meio para continuar e renovar a vida social.

Há registro que em 1549, os padres jesuítas chegaram ao Brasil, trazendo como preocupação maior a catequização dos índios e não precisamente a educação. Nas escolas elementares, base do sistema colonial de educação, que funcionavam onde quer que existisse um convento, os índios aprendiam a ler, escrever, contar e a falar o português. Nelas também eram instruídos os filhos dos colonos. A cultura dos nativos foi, pouco a pouco, sendo substituída pelas ideias dos jesuítas. Desse ponto de vista, os missionários atuaram como elementos desintegradores das culturas não-europeias (SANTOS, 2012).

Na família patriarcal, a única força que se opunha à ação educadora dos jesuítas era a dos senhores de engenho, cuja autoridade se exercia não somente sobre os escravos, como sobre suas esposas e filhos. Esse estado de submissão facilitava o trabalho dos jesuítas, que também procuravam submetê-los à autoridade da igreja. A família patriarcal seguia, assim, as tradições portuguesas (SANTOS, 2012).

Neste sentido, a falta de interesse pelas atividades técnicas e científicas marcou a educação colonial, por sua vez moldada pela da metrópole. Humanistas por excelência, os jesuítas procuravam transmitir aos discípulos o gosto pelas atividades literárias e acadêmicas, de acordo com a concepção de "homem culto" vigente em Portugal.

⁵ Inspirado no pragmatismo de William James, Dewey evoluiu para a doutrina que seria chamada instrumentalismo. Considerava a natureza como a realidade última e postulava uma teoria do conhecimento baseada na experimentação e na verificação, ideias que foram a origem da "escola de Chicago". Essa filosofia foi também a base de suas concepções sobre educação, que deveria centrar-se nos interesses da criança e no desenvolvimento de todos os aspectos de sua personalidade, como defendeu em *The School and Society* (1899; A escola e a sociedade).

Principiando pelas escolas de leitura e escrita, não pararam aí os jesuítas, nem mesmo no primeiro século, pois já havia, então, cursos de humanidades em seus colégios do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os colégios que exerceram maior influência foram os de Todos os Santos, na Bahia, no qual Antônio Vieira foi educado, e o de São Sebastião, no Rio de Janeiro. Ambos apresentavam o sistema educacional jesuíta em sua forma mais completa, desde o curso de humanidades até o de teologia e ciências. Eram os centros, por excelência, de formação dos líderes religiosos (SANTOS, 2012).

Na rede de ensino dos jesuítas, ao curso de humanidades seguia-se o de artes (filosofia e ciência). Os cursos que preparavam para as profissões liberais só existiam na Europa, e os estudantes brasileiros procuravam geralmente a Universidade de Coimbra, famosa pelos cursos de ciências jurídicas e teológicas, e que teve, por isso, grande importância na formação da elite cultural brasileira.

Desde então até 1808, com o advento da chegada da família real portuguesa no Brasil, o cenário educacional conservou-se estacionado, para só progredir outra vez com as múltiplas medidas desenvolvimentistas implantadas por D. João VI, dentre elas pode-se destacar a criação da Biblioteca Real e o estabelecimento do ensino superior. No entanto, até o ano de 1822, a educação no Brasil estava sujeita às determinações advindas da Corte Portuguesa (SANTOS, 2012).

Em 25 de março de 1824, com a elaboração da primeira Constituição Brasileira, foram evidenciados e referenciados alguns dos problemas educacionais, pois, apesar de ter escola gratuita e de todos possuírem o direito à liberdade de atividades e de manifestação de pensamento, só aquele que era católico apostólico romano tinha a possibilidade de conseguir cargos e privilégios (SANTOS, 2012).

Passados dois anos, em 1826, Cunha Bueno apresentou um projeto para a divisão do ensino em três graus, sendo o primário e o secundário para as províncias e o superior para a União. Contudo, embora a Constituição fizesse referência a várias modalidades de ensino, somente o primário gratuito teve início imediato. O primeiro colégio oficial de ensino secundário foi criado pelo Gabinete Araújo Lima, no período regencial em 1837, com o nome de Colégio Pedro II, o qual permanece ativo até os dias atuais (SANTOS, 2012).

Ao ultimar o curso secundário, o aluno recebia o diploma de bacharel em Ciências e Letras, e a partir daí podia ingressar na universidade. Em 1830 foi criada em Niterói, a primeira Escola Normal e em 1835 foi iniciada a da Bahia. Na Corte, a primeira escola desse tipo surgiu apenas no ano de 1880.

Duas Reformas importantes, a nível educacional, aconteceram até no início da República. Uma delas é a de Couto Ferraz e a outra foi a de Leôncio de Carvalho em 1879. A Reforma de Ferraz correspondeu à regulamentação do ensino particular, o qual não tinha supervisão até então. Já a Reforma de Carvalho forneceu completa liberdade em matéria de instrução (SANTOS, 2012).

Com a proclamação da República no ano de 1889, as perspectivas educacionais brasileiras centralizaram-se na criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, e que, por causa do menosprezo com a educação por parte do governo, teve curta duração, sendo dissolvido em 1891. Seguiu-se em 24 de fevereiro de 1891 a publicação do projeto da Constituição, conservando a parte de competência da União “legislar sobre o ensino superior no Distrito Federal”.

No artigo 35 dessa Constituição, encontram-se algumas obrigações: “animar no país o desenvolvimento das letras, artes, ciências etc.”, “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”, “prover a instrução secundária no Distrito Federal”, “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, “é garantido o livre exercício

de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”, “a união se encarregará da instrução militar dos corpos e armas e instrução militar superior”.

Até no ano de 1930, a Constituição do Império não foi modificada em matéria de ensino, apenas em relação à religião foram efetuadas algumas alterações. Procurando resolver alguns problemas encontrados, no ano de 1895, houve algumas reformas em determinados estabelecimentos de ensino. O Código Epiácio foi uma reforma que aconteceu em 1901.

A Reforma de Rocha Vaz, em 1925, foi a primeira a estabelecer seriação e frequência obrigatórias nas instituições de ensino. Essa mesma reforma também criou o Departamento Nacional de Ensino (SANTOS, 2012).

Apenas em 16 de julho de 1934, foi elaborada uma nova Constituição em decorrência da Revolução de 1930, período no qual se efetuou uma transição ditatorial. Nesta Constituição, pela primeira vez, é possível encontrar referência a Diretrizes Educacionais, além de outras determinações mais específicas. Por meio desta Constituição tornou-se obrigatório para as empresas industriais e agrícolas o fornecimento de ensino gratuito de grau primário, caso existissem entre os funcionários um mínimo de dez analfabetos (SANTOS, 2012). A Constituição também assegurou que os objetivos de interesse histórico e de patrimônio artístico do Brasil deveriam ser protegidos.

Ademais disso, o Plano Nacional de Educação passou a ser organizado pelo Conselho Nacional de Educação e os professores eram contratados ou nomeados pela realização de concursos. O ensino primário gratuito tornou-se obrigatório. O ensino pré-vocacional e profissional emergiu no ano de 1937 com instauração do Estado Novo. Este ensino tornou-se obrigatório, como dever do Estado para classes menos favorecidas. Neste mesmo período, os trabalhos manuais, a Educação Física e o Ensino Cívico passaram a ser exigidos nas escolas, sendo que nenhuma escola podia ser reconhecida ou autorizada se não pudesse satisfazer essas exigências (SANTOS, 2012).

Na Constituição Brasileira de 1946, considerada liberal, que foi promulgada em seguida à degringolada do Estado Novo, houve a aprovação de um documento voltado para as diretrizes e bases da educação brasileira. Este documento foi transformado num extenso projeto, e depois apresentado à Câmara dos Deputados em 1948, embora apenas muitos anos depois, devido ao descaso com o ensino brasileiro, gerou a primeira Lei de Diretrizes e Bases e teve o nº 4.024 de 20/12/61. Esta definiu os fins gerais da educação, assegurando o direito à educação e criou o Conselho Federal de Educação, que passou a funcionar a partir de fevereiro de 1962.

Em 1967 entra em vigor outra Constituição, a qual conservou alguns princípios educacionais da anterior, trazendo inovações como o aumento da faixa etária obrigatória até 14 anos e a concessão de bolsas de estudo para posterior reembolso no caso do ensino superior. As Constituições Estaduais também se detinham a legislar acerca do sistema educacional, com medidas mais particularizadas não contrariando, porém, a Constituição do país. Dessarte, o Estado do Amazonas tratou da criação de escolas normais rurais e colônias-escolas com normas adequadas (SANTOS, 2012).

Com a entrada em vigor da Segunda LDB, em 1971, (Lei nº 5.692 de 11 de agosto), o ensino de 1º e 2º graus foi inteiramente reformulado. Em seu artigo primeiro, a Lei assim se expressava: "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Resumidamente, pode-se dizer que de 1930 e até o final da década de 70, as políticas educacionais no Brasil sempre foram revestidas de uma forte motivação

centralizadora, associada a discursos de construção nacional e propostas de fortalecimento do Estado. Os discursos abrangentes que sustentavam propostas de reformas na economia e na política, para as quais a educação era fundamental. Segundo Shiroma et al (2004), as várias políticas educacionais foram pensadas de modo a promover reformas no ensino de caráter nacional, de longo alcance, homogêneas, coesas e ambiciosas, a fim de alcançar projetos para uma nação forte, porém submetida aos interesses do capital internacional.

As eleições diretas de governadores a partir de 1982 possibilitaram uma relativa autonomia para se implementar políticas educacionais próprias, ao mesmo tempo que fortaleceu a participação dos estados na definição de perspectivas para a política educacional brasileira, ampliando a possibilidade de consenso sobre as novas propostas educacionais para o país. Ainda a partir dos anos 80, a busca pela qualidade do ensino incluiu a qualidade na formação do trabalhador como exigência do mercado competitivo, fruto da globalização econômica.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), realizada em Jontiem (Tailândia), financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM), ficou acordado, com representantes de diversos governos e entidades não-governamentais, associações profissionais e educadores do mundo inteiro, que todos se comprometeriam em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos do seu país. (MELO, 2004).

Segundo Shiroma et al, o documento econômico elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) também alertava para:

[...] a necessidade de implementação das mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva em curso. Recomendava que os países da região investissem em reformas dos sistemas educativos para adequá-los a ofertar os conhecimentos e habilidades específicas requeridas pelo sistema produtivo. Eram elas: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição, que deveriam ser construídas na educação básica. (2004, p. 63).

No fim dos anos 90, começaram a circular no meio educacional palavras como: qualidade total, modernização do ensino, adequação ao mercado de trabalho, competitividade, eficiência e produtividade, fruto desta nova ideologia neoliberal. Atribuiu-se, à educação, a responsabilidade de dar sustentação à competitividade do país, pois, enquanto consenso mundial disseminava-se a ideia de que para “sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser um cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade”. (SHIROMA et al, 2004, p. 54).

Já os preceitos da LDB nº 9.394/96, assevera, em seu art. 32 que “O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão...” . E, em seu art. 35, assegura que:

o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento

posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (LOPES, 1999).

Por fim, Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito ao processo educacional, celebra em seus art. 1º, 6º, 205 e 214, o direito à Educação como preparo para o exercício da cidadania, a erradicação do analfabetismo e a formação para o trabalho.

4. A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

A Educação Superior no município catarinense, Caçador teve início em 31 de julho de 1971 com a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE)⁶. Ao longo dos anos, o ensino, a pesquisa e extensão foram se desenvolvendo e em dezembro de 2009, foi constituída a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). As tratativas para a instalação da Universidade se deram por volta da década de 1970, com o bispo da Igreja Católica Dom Orlando Dotti.

Desta maneira, a instalação da UNIARP está profundamente relacionada com as políticas educacionais, uma vez que a educação visa também o desenvolvimento socioeconômico da sociedade que faz parte. No que concerne à História da Educação, pode-se afirmar que tudo o que foi assinalado até aqui acerca da história geral se aplica também na história da educação, visto que o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente parte da história geral.

Assim, a instalação de uma instituição de ensino no meio oeste catarinense, abrange como objetivo proporcionar especialmente aos jovens, o acesso ao ensino superior. As famílias residentes em Caçador e municípios vizinhos que tinham como planejamento fornecer estudo aos filhos, precisavam enviá-los para realizar as atividades educacionais em cidades maiores, até mesmo fora do estado de Santa Catarina. Essa medida inviabilizava para a maior parte das pessoas, o acesso a formação superior da maior parte dos jovens, pois para isso, era necessário investimento financeiro expressivo, o que não é detido por uma minoria.

A instalação oficial da faculdade de pedagogia, ciências e letras de Caçador, mantida pela então FEARPE, foi realizada dia 13 de junho de 1972 em um evento que contou com a presença do então governador do Estado de Santa Catarina, engenheiro Colombo Machado Salles. O governador proferiu a aula inaugural que teve como tema: “Projeto Catarinense de Desenvolvimento”, demonstrando qual era o real interesse com a instalação da instituição (CARDOSO; SANTOS, 2013). Conforme Cardoso e Santos (2013), a viabilização de uma instituição de ensino superior no interior de Santa Catarina, possui papel relevante para o desenvolvimento da educação e de suas políticas, uma vez que grande parte dos professores que atuavam nas escolas na década de 70, não possuíam formação pedagógica.

A maioria dos alunos da Faculdade de Caçador, inicialmente, eram professores sem habilitação, que queriam ter o diploma e vinham estudar pessoas de vários municípios como Rio do Sul, Campos Novos, Curitiba, Santos,

⁶ Fundação pública privada, instituída pelo poder público, mas com cursos ofertados de maneira particular.

Matos Costa, Arroio Trinta, Piratuba, Videira e outros, enfrentando estradas ruins, cansaço, mas tudo era superado pela vontade de obter o diploma de curso superior.

Por volta de 1970, o estado de Santa Catarina vivia um momento histórico de expansão do ensino superior. No caso da UNIARP, iniciou-se com os cursos de pedagogia e letras uma vez que apenas 2% dos professores que atuavam na rede de ensino naquela época, possuíam curso superior. Para facilitar a possibilidade de conciliar as atividades profissionais nas escolas, com a faculdade, o curso de pedagogia tinha alunos regulares, com sistema de ensino concentrado. O ensino concentrado funcionava em uma semana inteira de estudos, nos três períodos. A grande maioria dos alunos tinha, em média, 30 anos (CARDOSO; SANTOS 2013).

Em seus 47 anos de existência, a UNIARP se tornou uma universidade de referência em educação superior no meio oeste de Santa Catarina. Atualmente oferece 27 cursos de graduação e incentiva o aperfeiçoamento profissional com cursos de pós-graduação em nível de especialização e mestrado, além de programas de extensão e pesquisa. Além disso, os dois Campus (Caçador e Fraiburgo) juntos, possuem mais de três mil acadêmicos, o que a configura como uma das maiores instituições de ensino superior do meio oeste catarinense.

Luzuriaga (1985) escreve que a história da educação é parte da história da cultura, tal como está, por sua vez, é parte da história geral. Devido a isto, a educação possui uma história, a saber, a história da mudança e do desenvolvimento que ela tem experimentado com o passar do tempo e a modificação da sociedade.

Comprometida com a comunidade, a UNIARP cumpre um importante papel na área da responsabilidade social atuando para melhorar a qualidade de vida da população através dos Projetos Permanentes de Extensão e Assistência Social como a Universidade Aberta da Maior Idade, o Programa de Inclusão Digital, Projeto Insight, entre outros. Outra ação de grande relevância desempenhada pela Universidade é o programa de bolsas de estudo. Hoje, mais de 60 % dos estudantes da UNIARP recebem algum tipo de benefício e isso é um grande orgulho para a Diretoria (CARDOSO; SANTOS, 2013).

Ao longo da história, a UNIARP além de manter aqueles cursos considerados importantes para a formação humanitária e social, viabilizou a implantação de outros com o objetivo de atender a demandas do desenvolvimento regional, como por exemplo, as engenharias. “Cursos que antes estavam distantes da nossa região, hoje estão sendo ofertados aqui, como Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, entre outros” (CARDOSO; SANTOS, 2013). Também nesse sentido, em 2017, a universidade foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta do curso de medicina, o qual deverá ser colocado à disposição antes do final de 2018.

5. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente estudo, foram utilizadas metodologias como auxílio e suporte para a confecção com o objetivo de apresentar a ideia central.

Segundo Condurú (2010, p. 47), metodologia “são os procedimentos metodológicos e materiais e métodos, usados para apresentar a teoria de base, área/objeto de observação, etapas, procedimentos, instalações, equipamentos e demais instrumentos utilizados na realização do trabalho”.

Pelo conhecimento, o homem penetra nas diversas áreas para dela tomar posse, mas a própria realidade apresenta níveis diferentes em sua constituição. Assim, a partir de um ser, fato ou fenômeno isolado, é possível situá-lo dentro de um contexto mais ou menos complexo, ver seu significado e função, sua natureza, sua origem, sua finalidade, sua subordinação e outros seres.

Essa complexidade acerca do objetivo do conhecimento ditará formas distintas de apropriação por parte do pesquisador, ajudarão a distinguir os diversos níveis de conhecimento, segundo diferentes graus, levando em conta a área ou estrutura.

Denomina-se método científico o conjunto de processos ou operações que devem ser empregadas em uma investigação, na elaboração de um artigo, etc.

Segundo Lakatos & Marconi (2000, p. 43), os mesmos afirmam: “método é o conjunto das atividades sistemáticas que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

É factível se poder identificar a natureza metodológica de um trabalho de pesquisa, artigo, etc. a partir de três critérios básicos: segundo os objetivos, segundo os procedimentos de coleta ou segundo fontes utilizadas na coleta dos dados.

O presente artigo é do tipo de pesquisa exploratória, o qual procurou explorar matérias que pudessem informar ao grupo de pesquisadores a real importância do problema e o seu estágio. A mesma é quase sempre feita com levantamento bibliográfico, entrevistas, visitas, estudo de documentos, estudo de caso, etc.

Também é um artigo descritivo, pois o interesse era o de descrever um fato ou fenômeno, ou seja, um levantamento das características conhecidas. Normalmente a mesma é realizada na forma de levantamentos ou observações sistemáticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior, especificamente desenvolvida nas universidades, agora inseridas em um contexto de globalização, pode contribuir para a pesquisa, sobretudo, no entanto, proporciona formação profissional. É neste contexto que a UNIARP se destaca como um importante veículo de desenvolvimento regional do Alto Vale do Rio do Peixe, promovendo a qualificação profissional em diversas áreas e oportunizando o surgimento de novas opções de trabalho.

As ações propostas para a educação, na qualidade de política pública, revelam sempre um tipo de interesse a ser defendido. Um projeto educacional traz em seu bojo a defesa de uma concepção de sujeito e, portanto, de construção de sociedade. No caso da UNIARP, o projeto educativo é referendado pela lógica em que as práticas sociais estão alicerçadas numa relação profunda com a sociedade local, e não simplesmente econômico.

Ideais como igualdade de oportunidades, participação e autonomia fazem parte dos objetivos da UNIARP, e as reformas na área educacional servem ao cumprimento de objetivos que atendem, prioritariamente, ao bem social. Desta maneira, para usufruirmos de um mundo com dignidade e justiça, é importante considerar a educação pelo seu valor de uso, como produção cultural de pessoas, singularidades humanas capazes de se constituírem em sujeitos globais e locais que lutam contra as desigualdades e as exclusões sociais.

Por fim, o trabalho intelectual é o que interessa e sempre mais, e é cada vez mais incentivado. Por conseguinte, verifica-se que a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), é uma organização encarregada da produção e compartilhamento dos saberes, e assim, desempenha papel fundamental.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Angela; SANTOS, Adécio Machado dos; SANTOS. A História da educação superior na região de Caçador: Fearpe- UnC-Uniarp. Caçador: UNIARP, 2013 241

CONDURÚ, Marise Teles & PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. 4. ed. ver. amp. e atual. Belém: GPHS, 2010.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394 de 20.12.1996**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia**. 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

MELO, Adriana Almeida Sales. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina**. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004.

SANTOS, Adécio Machado Dos. **Políticas educacionais no Brasil**. Professare, Caçador, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uniarp.edu.br/professare/issue/view/1>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.